

01/10/2013

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.188 CEARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: JONAS PIRES DE ALMEIDA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**EMENTA: PROCESSUAL PENAL MILITAR. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTELIONATO – ART. 251 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. INTERROGATÓRIO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA MILITAR. ATO A SER REALIZADO AO FINAL DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.719/2008, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 400 DO CPP. MÁXIMA EFETIVIDADE DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA (CF, ART. 5º, LV). PRECEDENTE DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (AÇÃO PENAL Nº 528, PLENÁRIO), QUE DETERMINOU A APLICAÇÃO DO NOVO RITO AOS PROCESSOS REGIDOS PELA LEI ESPECIAL Nº 8.038/90. *UBI EADEM RATIO IBI IDEM JUS*. ORDEM CONCEDIDA.**

1. O art. 400 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 11.719/2008, fixou o interrogatório do réu como ato derradeiro da instrução penal, prestigiando a máxima efetividade das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (CRFB, art. 5º, LV), dimensões elementares do devido processo legal (CRFB, art. 5º LIV) e cânones essenciais do Estado Democrático de Direito (CRFB, art. 1º, *caput*), por isso que a nova regra do Código de Processo Penal comum também deve ser observada no processo penal militar, em detrimento da norma específica prevista no art. 302 do Decreto-Lei nº 1.002/69, conforme precedente firmado pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Penal nº 528 AgR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. em 24/03/2011, DJe-109 divulg. 07-06-2011, impondo a observância do novo preceito modificador em relação aos processos regidos pela Lei Especial nº

**RHC 119188 / CE**

8.038/90, providência que se impõe seja estendida à Justiça Penal Militar, posto que *ubi eadem ratio ibi idem jus*.

2. Em situação idêntica à *sub examine*, a Primeira Turma desta Corte deferiu os HCs 115.530 e 115.698, rel. Min. Luiz Fux, DJe de 14/08/2012, para determinar ao Superior Tribunal Militar a realização do interrogatório após o término da instrução criminal.

3. *In casu*, o paciente foi processado pela prática do crime de estelionato, tipificado no art. 251, do Código Penal Militar, e teve indeferido pleito no sentido de ser interrogado ao final da instrução processual.

4. Recurso em *habeas corpus* provido para determinar a realização de novo interrogatório do recorrente, após o término da instrução criminal, à luz da Lei nº 11.719/2008, que deu nova redação ao art. 400 do Código de Processo Penal.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 1º de outubro de 2013.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

01/10/2013

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.188 CEARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: JONAS PIRES DE ALMEIDA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto de acórdão proferido pelo Superior Tribunal Militar cuja ementa possui o seguinte teor:

**“EMENTA. Interrogatório inserido no CPP pela Lei nº 11.719/2008. Inaplicabilidade na Justiça Militar da União.**

**I- NO CPPM não existe lacuna que autorize a aplicação dos dispositivos legais do CPP, introduzidos pela Lei nº 11.719/2008, no âmbito da Justiça Militar da União. A integração analógica, somente, há de ser feita quando a Lei dos Ritos Penais Castrenses for omissa a respeito de alguma questão específica (art. 3º do CPPM), o que não é o caso dos autos.**

**II- A matéria já se encontra sumulada nesta Corte de Justiça Militar no sentido de que a alteração do art. 400 do CPP, trazida pela Lei nº 11.719, de 20 de junho de 2008, que passou a considerar o interrogatório como último ato da instrução criminal, não se aplica à Justiça Militar da União (Súmula nº 15/STM).**

**III- Conhecido e denegado o presente Pedido de Ordem, por falta de amparo legal e mantido o indeferimento do pleito liminar.**

**IV- Decisão unânime.”**

**RHC 119188 / CE**

O Ministério Público Militar denunciou o recorrente pela prática do crime de estelionato tipificado no art. 251 do CPM, porquanto, utilizando-se da senha de sua mãe falecida, “... manteve a Administração em erro e, com isto, logrou vantagem econômica indevida em prejuízo do patrimônio público (R\$ 4.560,00)”.

Iniciada a instrução penal, a defesa requereu que o interrogatório fosse realizado ao final da instrução, por analogia integrativa da Lei n. 11.719/08, que deu nova redação ao art. 400 do Código de Processo Penal.

O pleito foi indeferido pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, em 11/04/2013, ensejando *habeas corpus* no Superior Tribunal Militar cuja ordem restou denegada nos termos da ementa supratranscrita.

A Defensoria Pública da União alega, em síntese, que o interrogatório é ato de defesa e não deve ser realizado no início da instrução, conforme previsto no art. 302 do CPM, visto que esse procedimento não mais “... se coaduna com a sistemática da Constituição da República democraticamente promulgada em 1988,”.. por isso que deve ser adotado o rito processual introduzido pela Lei n. 11.719/2008.

Requer a concessão de liminar para “... determinar o **sobrestamento** de atos posteriores a ocasião do interrogatório judicial nos autos da ação penal militar 0000062-24.2012.7.10.0010, até o julgamento final da presente impetração; e, no mérito, o deferimento do writ para “... determinar ao Órgão Julgador impetrado que proceda a novo interrogatório do acusado depois de concluída a instrução do processo, de modo a permitir que ele se manifeste pessoalmente (exerça autodefesa) acerca da prova testemunhal colhida, anulando-se os atos posteriores à instrução eventualmente praticados”.

A liminar foi deferida.

**RHC 119188 / CE**

A PGR manifestou-se em parecer resumido nestes termos:

**“RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. CRIME MILITAR. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 251, CPM). INTERROGATÓRIO DO RÉU NOS MOLDES DO ART. 302 DO CPPM. PLEITO DE APLICAÇÃO DO ART. 400 DO CPP (INOVAÇÕES DA LEI 11.719/08). REALIZAÇÃO DO ATO AO TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. INVIABILIDADE DA PRETENSÃO. NORMA DE CARÁTER ESPECIAL EM PLENA VIGÊNCIA. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. INEXISTÊNCIA DE LACUNA QUE JUSTIFIQUE A APLICAÇÃO (SUBSIDIÁRIA) DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL COMUM. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO.”**

É o relatório.

01/10/2013

PRIMEIRA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.188 CEARÁ**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** A Defensoria Pública da União sustenta a aplicabilidade do art. 400 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 11.719/2008, a procedimento penal de índole especial, *in casu*, no âmbito da Justiça Militar.

Rememoro o julgamento da Ação Penal nº 528, rel. Min. Ricardo Lewandowski, em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal acolheu os argumentos irrefutáveis de Sua Excelência e, por unanimidade, decidiu que o aludido dispositivo do CPP aplica-se aos processos criminais originários da Corte, regrados pelas normas especiais definidas na Lei nº 8.038/90, valendo conferir os seguintes trechos do voto condutor:

(...) afirmar que é essencial aos sistemas processuais respeitarem à plenitude o direito de defesa e ao contraditório afigura-se, no mínimo, despiciendo, pois tais premissas encontram-se assentadas não apenas no ordenamento pátrio, mas revelam-se como alguns dos mais caros valores do Estado Democrático de Direito, assim sendo reconhecido pela grande maioria das nações civilizadas.

Nessa linha, parece-me relevante constatar que, se a nova redação do art. 400 do CPP possibilita ao réu exercer de modo mais eficaz a sua defesa, tal dispositivo legal deve suplantar o estatuído no art. 7º da Lei 8.038/90, em homenagem aos princípios constitucionais aplicáveis à espécie.

Ora, possibilitar que o réu seja interrogado ao final da instrução, depois de ouvidas as testemunhas arroladas, bem como após a produção de outras provas, como eventuais perícias, a meu juízo, mostra-se mais benéfico à defesa, na medida em que, no mínimo, conferirá ao acusado a oportunidade para esclarecer divergências e incongruências

**RHC 119188 / CE**

que, não raramente, afloraram durante a edificação do conjunto probatório.

Assim, caso entenda-se que a nova redação do art. 400 do CPP propicia maior eficácia à defesa, penso que deve ser afastado o previsto no art. 7º da Lei 8038/90, no concernente à designação do interrogatório.

Não vejo como entender de forma diversa, devendo incidir, *in casu*, posto que *ubi eadem ratio ibi idem jus*.

Pontuei, naquela oportunidade, a importância da nova sistemática processual introduzida no CPP para a promoção da máxima efetividade das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (CRFB, art. 5º, LV), corolários elementares do devido processo legal (CRFB, art. 5º LIV) e cânones essenciais do Estado Democrático de Direito (CRFB, art. 1º, *caput*).

Deveras, o interrogatório realizado ao final da instrução processual prestigia a plenitude de defesa, ao permitir a manifestação do sujeito passivo da persecução penal após o final da instrução processual, como indicado pelo Min. Ricardo Lewandowski, possibilitando-lhe esclarecer divergências e incongruências que normalmente afloram no curso da produção probatória.

Ora, a mesma racionalidade que inspirou a Corte no julgamento da AP nº 528 se aplica ao caso sob exame. Isso porque o art. 302 do Código de Processo Penal Militar (*Art. 302. O acusado será qualificado e interrogado num só ato, no lugar, dia e hora designados pelo juiz, após o recebimento da denúncia; e, se presente à instrução criminal ou prêso, antes de ouvidas as testemunhas*) estabelece o interrogatório do acusado será feito no início do processo, impedindo-lhe de se manifestar direta e pessoalmente sobre todas as provas produzidas. Verifica-se, portanto, que a proteção do direito de defesa consubstanciada no art. 302 do Código de Processo Penal Militar é mais frágil do que aquela consagrada pelo atual art. 400

**RHC 119188 / CE**

do Código Penal, com redação dada pela Lei nº 11.719/2008. Nesse cenário, o postulado da máxima eficácia dos direitos fundamentais (CRFB, art. 5º, §1º) reclama, tal como na AP nº 528, o afastamento da disciplina legal menos afeiçoada ao estatuto constitucional das garantias individuais, de sorte a prestigiar a opção legislativa que melhor concretize os vetores axiológicos emanados da Carta Constitucional.

Sem embargo, tal como já decidido pelo STF no precedente invocado, tal entendimento não se aplica aos casos em que o interrogatório tenha ocorrido antes da entrada em vigor da Lei nº 11.719/2008, o que certamente não ocorre na espécie. *In casu*, verifica-se que a denúncia foi recebida no dia 31/01/2012, data, portanto, muito posterior ao início de vigência da nova redação do art. 400 do Código de Processo Penal, cuja aplicabilidade à hipótese é evidente, sobretudo em razão de requerimento expresso formulado pela defesa e rejeitado, equivocadamente, pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar.

A Primeira Turma desta Corte firmou entendimento a propósito do tema, no julgamento dos HHCC 115.530 e 115.698, dos quais fui Relator, julgados, DJe de 14/08/2012, cujas ementas ostentam o seguinte teor:

**EMENTA: HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR. CRIME DE USO E POSSE DE ENTORPECENTE EM LUGAR SUJEITO À ADMINISTRAÇÃO MILITAR (CPM, ART. 290). ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA PENAL MILITAR (LEI N. 8.457/92). IMPROCEDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE GARANTIAS PRÓPRIAS E IDÔNEAS À IMPARCIALIDADE DO JULGADOR. SIMETRIA CONSTITUCIONAL. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVA DO FATO CRIMINOSO. COMPROVAÇÃO DO ILÍCITO POR LAUDO PERICIAL SUBSCRITO POR UM ÚNICO PERITO. VALIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 361 DO STF. PERITO OFICIAL. PRECEDENTES. INTERROGATÓRIO NAS**



**RHC 119188 / CE**

**AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR. ATO QUE DEVE PASSAR A SER REALIZADO AO FINAL DO PROCESSO. NOVA REDAÇÃO DO ART. 400 DO CPP. PRECEDENTE DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (AÇÃO PENAL Nº 528). ORDEM CONCEDIDA.**

1. A Lei nº 8.457/92, ao organizar a Justiça Militar da União criando os Conselhos de Justiça (art. 1º c/c art. 16) e confiando-lhes a missão de prestar jurisdição criminal, não viola a Constituição da República ou a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), porquanto assegura a seus respectivos membros garantias funcionais idôneas à imparcialidade do ofício judicante, ainda que distintas daquelas atribuídas à magistratura civil.

2. O Enunciado nº 361 da Súmula da Jurisprudência Dominante do Supremo Tribunal Federal não é aplicável aos peritos oficiais, de sorte que, na espécie, exsurge válido o laudo pericial assinado por um só perito da Polícia Federal. Precedentes do Supremo Tribunal Federal: HC 95595, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 04/05/2010. HC 72921, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 21/11/1995).

3. O art. 400 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 11.719/2008, fixou o interrogatório do réu como ato derradeiro da instrução penal, sendo certo que tal prática, benéfica à defesa, deve prevalecer nas ações penais em trâmite perante a Justiça Militar, em detrimento do previsto no art. 302 do Decreto-Lei nº 1.002/69, como corolário da máxima efetividade das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (CRFB, art. 5º, LV), dimensões elementares do devido processo legal (CRFB, art. 5º LIV) e cânones essenciais do Estado Democrático de Direito (CRFB, art. 1º, *caput*). Precedente do Supremo Tribunal Federal (Ação Penal nº 528 AgR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, j. em 24/03/2011, DJe-109 divulg. 07-06-2011).

4. *In casu*, o Conselho Permanente de Justiça para o Exército (5ª CJM) rejeitou, 27/02/2012, o requerimento da defesa

**RHC 119188 / CE**

quanto à realização do interrogatório do paciente ao final da sessão de julgamento, negando aplicação do art. 400 do Código de Processo Penal, o que contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

5. Ordem de *habeas corpus* concedida para anular os atos processuais praticados após o indeferimento do pleito defensivo e permitir o interrogatório do paciente antes da sessão de julgamento, com aplicação subsidiária das regras previstas na Lei nº 11.719/08 ao rito ordinário castrense.

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. INTERROGATÓRIO NAS AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR. ATO QUE DEVE PASSAR A SER REALIZADO AO FINAL DO PROCESSO. NOVA REDAÇÃO DO ART. 400 DO CPP. PRECEDENTE DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (AÇÃO PENAL Nº 528, PLENÁRIO). ORDEM CONCEDIDA.

1. O art. 400 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 11.719/2008, fixou o interrogatório do réu como ato derradeiro da instrução penal.

2. A máxima efetividade das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (CRFB, art. 5º, LV), dimensões elementares do devido processo legal (CRFB, art. 5º LIV) e cânones essenciais do Estado Democrático de Direito (CRFB, art. 1º, *caput*) impõem a incidência da regra geral do CPP também no processo penal militar, em detrimento do previsto no art. 302 do Decreto-Lei nº 1.002/69. Precedente do Supremo Tribunal Federal (Ação Penal nº 528 AgR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, j. em 24/03/2011, DJe-109 divulg. 07-06-2011).

*Ex positis*, voto no sentido do provimento do recurso para determinar a realização de novo interrogatório do recorrente após o término da instrução criminal, tal como previsto na Lei n. 11.709/2008, que deu nova redação ao art. 400 do Código de processo Penal.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 119.188**

PROCED. : CEARÁ

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

RECTE.(S) : JONAS PIRES DE ALMEIDA

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma deu provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. 1ª Turma, 1º.10.2013.

Presidência do Senhor Ministro Luiz Fux. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli, Rosa Weber e Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma